

CPAI – Comissão Permanente de Apoio ao Investidor

A Pedido/Alteração

1	<input type="radio"/> Pedido	2	<input type="radio"/> Pedido de acompanhamento pela CPAI
			<input type="radio"/> Pedido de reconhecimento PIN
	<input type="radio"/> Alteração	3	<input type="radio"/> Comunicação de alterações ao pedido de acompanhamento pela CPAI
			<input type="radio"/> Comunicação de alterações ao pedido de reconhecimento PIN

B Pedido

Preencher apenas se realizar um serviço de Pedido			
1	O Projeto de Investimento encontra-se dependente de concursos públicos?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não	De acordo com o número 5 do artigo 5º do Decreto-Lei 154/2013, de 5 de Novembro, o requerimento não reúne as condições para ser admitido.
2	O Projeto de Investimento encontra-se em resolução de litígios onde exista intervenção do Estado?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não	De acordo com o número 5 do artigo 5º do Decreto-Lei 154/2013, de 5 de Novembro, o requerimento não reúne as condições para ser admitido.
3	O Projeto de Investimento inclui empreendimentos turísticos?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não
4	O projeto é objeto de contrato celebrado ao abrigo do regime contratual de investimento previsto no Decreto-Lei n.º 191/2014, de 31 de dezembro?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não
Preencher apenas se realizar um serviço de Pedido de acompanhamento pela CPAI			
5	O projeto encontra-se a aguardar uma decisão por parte da Administração Pública há mais de 12 meses?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não
6	A Comissão Permanente de Apoio ao Investidor convidou-o a juntar os elementos instrutórios necessários à instrução do procedimento, na sequência de proposta apresentada por um dos seus membros, nos termos dos números 4 e 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 154/2013, de 5 de novembro?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não
Preencher apenas se realizar um serviço de Pedido de reconhecimento PIN			
7	A Comissão Permanente de Apoio ao Investidor convidou-o a juntar os elementos instrutórios necessários à instrução do procedimento, na sequência de proposta apresentada por um dos seus membros, nos termos dos números 2 e 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 154/2013, de 5 de novembro?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não

C Alteração

Preencher apenas se realizar um serviço de Alteração	
1	<input type="checkbox"/> Modificação/substituição do promotor <input type="checkbox"/> Alteração dos requisitos de elegibilidade
Preencher apenas se Modificação/substituição do promotor	
2	Explicação do sucedido
Preencher apenas se Alteração dos requisitos de elegibilidade	

CPAI – Comissão Permanente de Apoio ao Investidor

3	O Projeto de Investimento inclui empreendimentos turísticos?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não
4	Explicação do sucedido		

D Identificação do requerente

1	Nome							
Na qualidade de:								
2	<input type="radio"/> Próprio	<input type="radio"/> Representante	<input type="radio"/> Sócio-gerente / gerente / administrador / diretor					
Preencher se for o representante								
3	Número de cédula profissional							
4	Código de consulta da procuração online							
5	E-mail							
6	Telemóvel		7	Telefone		8	Fax	

E Identificação da empresa promotora do investimento

1	Tipo	<input type="radio"/> Pessoa singular (empresário em nome individual)	<input type="radio"/> Pessoa coletiva	<input type="radio"/> Entidade Pública							
2	Nome / firma ou denominação social / Designação de entidade pública										
3	Número de identificação fiscal / Número de identificação de pessoa coletiva										
Preencher se for o Pessoa coletiva ou Entidade Pública											
4	Código de consulta da certidão permanente do registo comercial										
5	Endereço de página na internet										
6	Endereço de correio eletrónico										
Morada nacional											
7	Tipo de via										
8	Designação da via										
9	N.º porta		10	Andar		11	Lado		12	Lugar	
13	Distrito			14	Concelho						
15	Freguesia										
16	Localidade										
17	Código postal	-	18	Localidade postal							

CPAI – Comissão Permanente de Apoio ao Investidor

Morada estrangeira								
19	País							
20	Endereço							
21	Cidade		22	Região				
23	Código postal		24	Localidade				
Interlocutor Técnico								
25	Nome							
26	Cargo							
27	E-mail							
28	Telemóvel		29	Telefone		30	Fax	
Preencher se não for Entidade Pública								
Grupo Económico								
31	Nome grupo económico							
32	País de origem							
33	Maior acionista		34	% detida				
35	NUTS II							
Classificação da atividade económica (CAE)								
36	Código CAE		37	Designação				
38	Faturação anual (Unidade de medida €)							

F Informação do Projeto

Caracterização do Projeto	
1	Designação do projeto
2	Descrição sintética do projeto
Preencher se o projeto encontra-se a aguardar uma decisão por parte da Administração Pública há mais de 12 meses	
3	Historial em matéria de procedimentos conducentes à respetiva aprovação, com indicação das entidades públicas contactadas relativamente a incentivos, licenciamento ou outros aspetos, em que datas e com que resultados, explicitando a situação de bloqueio que se verifique, há mais de 12 meses, por motivo não imputável ao promotor

CPAI – Comissão Permanente de Apoio ao Investidor

Classificação da atividade económica (CAE)									
4	Código CAE		5	Designação					
6	Valor global do investimento (€)								
7	Ano de início (previsão)				8	Ano de conclusão (previsão)			
9	Postos de trabalho diretos		10	Postos de trabalho indiretos		11	Postos de trabalho a criar (soma)		
12	Postos de trabalho a manter								
13	Endereço de página na internet								
Condições de exceção									
Preencher se pedido de reconhecimento PIN, se projetos de investimento de valor global inferior a 25 milhões de euros e/ou que criem um número de postos de trabalho diretos inferior a 50; preencher pelo menos dois dos seguintes requisitos									
14	Atividade interna de Investigação e Desenvolvimento (I&D) no valor de pelo menos 10% do volume de negócios da empresa								
<input type="radio"/> Sim									
15	Fundamentação								
<input type="radio"/> Não									
16	Forte componente de inovação aplicada, traduzida numa parte significativa da sua atividade ancorada em patente desenvolvida pela empresa								
<input type="radio"/> Sim									
17	Fundamentação								

CPAI – Comissão Permanente de Apoio ao Investidor

23	Fundamentação							
<input type="radio"/> Não								
Caracterização do Investimento								
Preencher a menos que o projeto encontra-se a aguardar uma decisão por parte da Administração Pública há mais de 12 meses								
Ativo Corpóreo (€)								
		0	1	2	3	4	>5	Total
24	Terrenos							
25	Edifícios							
26	Equipamentos							
27	Outros							
28	Subtotal							
Ativo fixo incorpóreo (€)								
		0	1	2	3	4	>5	Total
29	Estudos							
30	Assistência Técnica							
31	I&D							
32	Outro incorpóreo							
33	Subtotal							
Outros investimentos (€)								
		0	1	2	3	4	>5	Total
34	Formação							
35	Fundo de Maneio							
36	Subtotal							
Total Global (€)								
		0	1	2	3	4	>5	Total
37	Total somado correspondente a cada coluna dos valores de Subtotal							

CPAI – Comissão Permanente de Apoio ao Investidor

Localização do Projeto										
38	Tipo de via									
39	Designação da via									
40	N.º porta		41	Andar		42	Lado		43	Lugar
44	Distrito				45	Concelho				
46	Freguesia									
47	Localidade									
48	Código postal	-	49	Localidade postal						

G Empreendimentos turísticos

Preencher se Projeto de Investimento inclui empreendimentos turísticos									
1	Empreendimento(s) turístico(s) que integra(m) a candidatura				<input type="radio"/> 1	<input type="radio"/> 2	<input type="radio"/> 3	<input type="radio"/> 4	<input type="radio"/> 5
Empreendimento turístico									
2	Tipologia de empreendimento turístico								
Preencher se Tipologia de empreendimento turístico for Apartamentos turísticos, Hotéis, Hotéis rurais ou Hotéis-apartamento									
3	Categoria								
4	Número de unidades de alojamento		5	Número de camas (1 cama = 1 utente)					
6	Equipamentos de recreio e lazer que integram o empreendimento turístico								
Empreendimento turístico									
7	Tipologia de empreendimento turístico								
Preencher se Tipologia de empreendimento turístico for Apartamentos turísticos, Hotéis, Hotéis rurais ou Hotéis-apartamento									
8	Categoria								
9	Número de unidades de alojamento		10	Número de camas (1 cama = 1 utente)					
11	Equipamentos de recreio e lazer que integram o empreendimento turístico								

CPAI – Comissão Permanente de Apoio ao Investidor

Empreendimento turístico				
12	Tipologia de empreendimento turístico			
Preencher se Tipologia de empreendimento turístico for Apartamentos turísticos, Hotéis, Hotéis rurais ou Hotéis-apartamento				
13	Categoria			
14	Número de unidades de alojamento		15	Número de camas (1 cama = 1 utente)
16	Equipamentos de recreio e lazer que integram o empreendimento turístico			
Empreendimento turístico				
17	Tipologia de empreendimento turístico			
Preencher se Tipologia de empreendimento turístico for Apartamentos turísticos, Hotéis, Hotéis rurais ou Hotéis-apartamento				
18	Categoria			
19	Número de unidades de alojamento		20	Número de camas (1 cama = 1 utente)
21	Equipamentos de recreio e lazer que integram o empreendimento turístico			

CPAI – Comissão Permanente de Apoio ao Investidor

Empreendimento turístico			
22	Tipologia de empreendimento turístico		
Preencher se Tipologia de empreendimento turístico for Apartamentos turísticos, Hotéis, Hotéis rurais ou Hotéis-apartamento			
23	Categoria		
24	Número de unidades de alojamento	25	Número de camas (1 cama = 1 utente)
26	Equipamentos de recreio e lazer que integram o empreendimento turístico		

H Requisitos de Elegibilidade

Ponderação da Viabilidade Económica do projeto			
1	O projeto tem comprovada viabilidade económica?	<input type="radio"/> Sim	
		<input type="radio"/> Não	Candidatura não preenche os requisitos de elegibilidade referidos no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2013.
Preencher apenas se o projeto tem comprovada viabilidade económica			
2	Adequada sustentação dos pressupostos associados às receitas de exploração, nomeadamente ao nível dos preços e quantidades, os quais deverão estar sustentados em termos de análises de mercado	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não
3	Adequada quantificação dos custos de exploração, nomeadamente dos fornecimentos e serviços externos e dos custos de pessoal	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não
4	Necessidades de investimento serão adequadamente cobertas por capitais próprios e / ou instrumentos de dívida	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não
5	Níveis de autonomia financeira adequados com uma cobertura adequada dos ativos por capitais próprios	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não
6	Rácios de liquidez adequados, de forma a garantir uma correspondência entre os ativos circulantes e os passivos circulantes	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não
7	Capacidade de reembolso adequada através da análise da cobertura dos cash flows sobre o endividamento	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não

CPAI – Comissão Permanente de Apoio ao Investidor

Preencher com os seguintes Itens:			
a. Apresentação da empresa e dos seus sócios			
b. Descrição do modelo de negócio a desenvolver			
c. Apresentação e fundamentação dos pressupostos previsionais de exploração			
i) Quadro detalhado das rubricas de investimento			
ii) Estrutura de financiamento do projeto			
iii) Quadro de serviço da dívida dos capitais alheios			
iv) Quadro detalhado dos rendimentos de exploração			
v) Quadro detalhado dos gastos de exploração			
d. Análise de viabilidade económica e financeira			
i) Demonstração de Resultados Previsional			
ii) Balanços Previsionais da Empresa			
iii) Cálculo da viabilidade económica do projeto, com a identificação da taxa de atualização estabelecida			
iv) Cálculo da viabilidade financeira do projeto			
v) Análise de sensibilidade			
vi) Conclusões			
8	Fundamentação		
Suscetibilidade de sustentabilidade territorial			
9	O projeto é suscetível de adequada sustentabilidade territorial?	<input type="radio"/> Sim	
		<input type="radio"/> Não	Candidatura não preenche os requisitos de elegibilidade referidos no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2013.
Preencher apenas se o projeto é suscetível de adequada sustentabilidade territorial			
10	Contraria os instrumentos de gestão territorial em vigor?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não
11	Demonstre a compatibilidade com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis ou suscetibilidade de compatibilização, nos termos legais, integrando uma síntese descritiva do enquadramento do projeto, nomeadamente nos planos municipais e especiais de ordenamento do território, bem como servidões ou restrições de utilidade pública que incidam sobre a área de intervenção.		

CPAI – Comissão Permanente de Apoio ao Investidor

12	Conflitua com alguma servidão de utilidade pública?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não
13	Demonstre a compatibilidade com os valores que fundamentaram a classificação de Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional, aproveitamentos hidroagrícolas e domínio público hídrico ou suscetibilidade de minimização/compensação de modo a atingir tal compatibilização.		
14	Demonstre a compatibilidade com os recursos e valores naturais presentes, designadamente com as áreas protegidas e com a Rede Natura 2000 e plano setorial respetivo, ou suscetibilidade de minimização/compensação de modo a atingir tal compatibilização.		
Suscetibilidade de sustentabilidade ambiental			
15	O projeto é suscetível de adequada sustentabilidade ambiental?	<input type="radio"/> Sim	Candidatura não preenche os requisitos de elegibilidade referidos no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2013.
		<input type="radio"/> Não	
Preencher apenas se o projeto é suscetível de adequada sustentabilidade ambiental			
16	Demonstre a utilização de tecnologias e práticas eco suficientes, que permitam atingir elevados níveis de desempenho ambiental, nomeadamente nos domínios da água, energia, solos, resíduos e ar.		

CPAI – Comissão Permanente de Apoio ao Investidor

17	Demonstre a minimização das emissões de gases com efeito de estufa.
18	Demonstre a compatibilidade dos potenciais efeitos na saúde humana e no ambiente, em caso de acidente, com os elementos presentes e previstos na envolvente, ou suscetibilidade de minimização/compensação de modo a atingir tal compatibilização.
Impactes do projeto nos domínios de avaliação	
Deverá haver um impacto positivo em pelo menos 3 domínios de avaliação, se não, a candidatura não preenche os requisitos de elegibilidade referidos no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2013.	
19	Instalação de uma base produtiva, com forte incorporação nacional, criadora de valor acrescentado bruto
<input type="radio"/> Sim	
20	Fundamentação
<input type="radio"/> Não	
21	Produção de bens e serviços transacionáveis, de carácter inovador que lhes confira vantagem competitiva no mercado global
<input type="radio"/> Sim	

CPAI – Comissão Permanente de Apoio ao Investidor

I Documentos Instrutórios

Acompanhamento CPAI	
1	Descrição genérica do projeto, nomeadamente através da indicação das atividades económicas principal e secundárias e respetivas CAE, identificação das matérias-primas utilizadas e produtos produzidos, bem como as respetivas capacidades instaladas anuais de consumo e de produção, postos de trabalho diretos criados ou mantidos, localização prevista ou localizações alternativas, em extrato da carta militar (1:25000), tecnologias envolvidas, produtos ou serviços prestados.
2	Indicação e justificação se o projeto de investimento está sujeito aos regimes de responsabilidade ambiental, de prevenção e controlo integrados da poluição, de avaliação de impacte ambiental, de prevenção, produção e gestão de resíduos, da prevenção de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas e de proteção do sobreiro e da azinheira e do regime florestal, nos termos da legislação aplicável.
3	Indicação da classificação da zona para uso do solo (zona sensível ou mista), nos termos do Regulamento Geral do Ruído.
4	Autorizações, aprovações, licenças, comunicações prévias, pedidos de informação prévia ou pareceres relativos ao projeto, quando existam, bem como a indicação da calendarização do início dos procedimentos da iniciativa do promotor.

CPAI – Comissão Permanente de Apoio ao Investidor

5	Documento que comprove a legitimidade do promotor quanto à utilização do imóvel onde se propõe desenvolver o projeto em causa (ex. contrato de compra e venda, escritura, contrato de arrendamento, etc. ...).
6	Historial do projeto em matéria de procedimentos conducentes à respetiva aprovação, com indicação das entidades públicas contactadas relativamente a incentivos, licenciamento ou outros aspetos, em que datas e com que resultados, quando aplicável.
7	Próximos passos já identificados como necessários em matéria de tramitação do projeto.

CPAI – Comissão Permanente de Apoio ao Investidor

Específicos PIN	
Preencher se Pedido de reconhecimento PIN	
8	Enquadramento do projeto na estratégia da empresa.
9	Demonstração estimada dos resultados do projeto no triénio subsequente à conclusão do investimento.
10	Estudos com vista à avaliação da compatibilização da candidatura com os valores naturais presentes, designadamente com as áreas protegidas e com a Rede Natura 2000 e a caracterização dos principais impactes ambientais do projeto nos domínios da conservação da natureza, da água, do solo, dos resíduos e do ar, quando aplicável.

CPAI – Comissão Permanente de Apoio ao Investidor

11	Demonstração da ausência de soluções alternativas do projeto, caso existam probabilidades elevadas de o projeto afetar valores protegidos pelas Diretivas Comunitárias Aves e Habitats, transpostas pelo Decreto-lei n.º 140/99, de 24 de abril, quando aplicável.
12	Demonstração da ausência de soluções alternativas ao projeto, quando incida em terrenos submetidos ao regime florestal ou com povoamentos de sobreiros ou azinheiras.
13	Extratos das plantas de ordenamento/síntese e de condicionantes dos planos municipais e dos planos especiais de ordenamento do território aplicáveis, com as respetivas legendas, com a delimitação do terreno e da área de implantação do projeto.

CPAI – Comissão Permanente de Apoio ao Investidor

14	Planta de pormenor, à escala 1:1.000, com a delimitação do terreno e da área de implantação do projeto com as utilizações existentes e/o...
15	Fundamentação da localização prevista, incluindo extrato de ortofotomapa e ou fotografia aérea e cartografia (à escala 1:5.000) com a área de implantação do projeto e identificação clara e inequívoca do zonamento e usos propostos, designadamente zonas a edificar acessos, arruamentos e zonas verdes, elementos que devem ser georreferenciados e enviados em formato shapefile, de tipo área sempre que se trate de manchas. A cartografia deve preferencialmente ser elaborada com base no sistema de georreferência PT-TM06/ETRS89, no continente, e PT-RA08-UTM/ITRF93, nas Regiões Autónomas, conforme veio estabelecer o Decreto-Lei nº 141/2014, de 19 de setembro. No entanto, permanece a possibilidade de apresentação da cartografia com base no sistema de georreferência Hayford-Gauss Datum Lisboa, com a falsa origem das coordenadas cartográficas de +200 000m e +300 000m, respetivamente na distância à Meridiana e na distância à Perpendicular, conforme indicado pelo Decreto-Lei nº 154/2013, de 5 de novembro.

CPAI – Comissão Permanente de Apoio ao Investidor

J Declaração

1	<p>O Declarante assume, sob compromisso de honra, que:</p> <p>Conduz uma gestão sã e prudente, tendo em vista, de modo particular, a viabilidade económica do projeto;</p> <p>Tem a expectativa de uma eficiente implementação do projeto e da sua viabilidade futura;</p> <p>Tem uma adequada situação económico-financeira, em função do montante da participação que se propõe deter, sendo os fundos utilizados na aquisição dessa participação de proveniência lícita;</p> <p>Se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português;</p> <p>Se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos às Regiões Autónomas ou Autarquias locais;</p> <p>Se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou onde se encontra estabelecido/a);</p> <p><input type="checkbox"/> Não se encontra em estado de insolvência, de liquidação ou de cessação de atividade, nem tem o respetivo processo pendente;</p> <p><input type="checkbox"/> Não foi condenado (a), por sentença transitada em julgado, em Portugal ou no estrangeiro, por qualquer delito que afete a sua honorabilidade profissional, nomeadamente por abuso de confiança, burla, extorsão, insolvência dolosa, suborno, corrupção ou branqueamento de capitais, nem foi disciplinarmente punido/a por falta grave em matéria profissional;</p> <p><input type="checkbox"/> Não foi objeto de aplicação de qualquer das sanções acessórias previstas nas alíneas de (a) a (e), do nº 1, do artigo 21º, do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de outubro, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei nº 244/95, de 14 de setembro;</p> <p><input type="checkbox"/> Não foi objeto de aplicação de qualquer uma das sanções previstas no Artº 644º da Lei nº 99/2003, de 27 de agosto (Código de Trabalho-Trabalho de Menores);</p> <p><input type="checkbox"/> Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação em Portugal (ou no Estado membro da União Europeia de que é nacional ou onde se encontra estabelecido/a).</p>
2	<p><input type="checkbox"/> O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a sua exclusão da candidatura, bem como a participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal.</p>
3	<p><input type="checkbox"/> Sempre que lhe for exigido, o declarante obriga-se a apresentar documentos comprovativos de qualquer uma das situações referidas no nº 1 desta declaração.</p>
4	<p><input type="checkbox"/> O Declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina o não acompanhamento do projeto pela Comissão Permanente de Apoio ao Investidor e ou o seu reconhecimento como PIN.</p>

K Lista de documentos a enviar em anexo

Em caso de alteração de dados, anexe apenas os documentos que tenham sofrido alterações	
Anexar documento se é representante e não tem código de consulta da procuração online	
1	<input type="checkbox"/> Procuração
2	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro ao campo F2
Anexar documento se o projeto encontra-se a aguardar uma decisão por parte da Administração Pública há mais de 12 meses	
3	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro ao campo F3
Anexar documentos se selecionado sim nas condições de exceção	
4	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo F15
5	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo F17
6	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo F19
7	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo F21
8	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo F23
Anexar documento se o projeto tem comprovada viabilidade económica	
9	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo H8
Anexar documentos se o projeto é suscetível de adequada sustentabilidade territorial	
10	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo H11
11	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo H13
12	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo H14
Anexar documentos se o projeto é suscetível de adequada sustentabilidade ambiental	
13	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo H16
14	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo H17

CPAI – Comissão Permanente de Apoio ao Investidor

15	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo H18
Anexar documentos se selecionado sim nos Impactes do projeto nos domínios de avaliação	
16	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo H20
17	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo H22
18	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo H24
19	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo H26
20	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo H28
21	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo H30
22	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo H32
Anexar documentos se pedido de acompanhamento pela CPAI ou se pedido de reconhecimento PIN	
23	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo I1
24	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo I2
25	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo I3
26	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo I4
27	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo I5
28	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo I6
29	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo I7
Anexar documentos se pedido de reconhecimento PIN	
30	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo I8
31	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo I9
32	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo I10
33	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo I11
34	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo I12
35	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo I13
36	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo I14
37	<input type="checkbox"/> Anexar ficheiro como fundamentação ao campo I15

Este formulário deve ser enviado ou entregue na entidade competente. Nas situações em que o serviço está sujeito ao pagamento de uma taxa à entidade competente, este formulário só é válido como título quando acompanhado do respetivo comprovativo de pagamento.

Data / /

(Assinatura)